

“Aproveitar as oportunidades de investimento” são as palavras de ordem

## AERLIS e câmaras de comércio avaliam investimento em Moçambique

Moçambique oferece inúmeros atractivos para o investimento e exportações portuguesas, referiu Luísa Agapito, da Direcção de Apoio à Rede Externa da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP).

Oradora na conferência sobre as vantagens de investir em Moçambique, evento realizado pela Associação Empresarial da Região de Lisboa (AERLIS), em parceria com as câmaras de comércio dos dois países, e contou com o apoio da “Vida Económica”, Luísa Agapito revelou que Moçambique conta com uma população de cerca de 20,2 milhões de habitantes e “tem registado um grande desenvolvimento nos últimos anos”, sublinhou.

Além disso, apesar de 80% da população viver em zonas rurais e consumir o que produz, a responsável do AICEP fez questão de frisar que se verifica um grande crescimento do PIB per capita que passou



de cerca de 100 dólares, há 10 anos, para os actuais 357,40. Outro factor relevante a não descurar é o crescimento do “PIB de cerca de 8% por ano”, algo que considerou “excitante verificar, principalmente tendo em conta a situação actual na Europa”.

Quanto aos principais sectores de actividade, em Moçambique a agricultura assume o papel principal, seguida da indústria transformadora, que “é hoje o segundo maior contribuinte” e onde se destaca a produção de alumínio.

A responsável não esqueceu também os produtos exportados por Portugal para aquele país, “que são muito bem aceites, de qualidade e que conferem estatuto social”, frisou. Assim, no entender de Luísa Agapito, “Portugal tem vindo a participar intensamente no desenvolvimento de Moçambique” e deve continuar a investir no país “onde há muitas oportunidades”.

Rogério Manuel, vice-presidente da Confederação das Associações Empresariais de Moçambique (CTA), também salientou o potencial do país e foi taxativo ao afirmar: “não vejo nenhum país que ofereça tanta segurança para investir”.

Os presentes tiveram oportunidade de conhecer o potencial deste mercado “com a economia em crescimento acelerado, a inflação em rota descendente e o apoio do Banco Mundial”, tendo chegado à conclusão que este “é inegavelmente um país atractivo para os investidores”, como sublinharam António Ferreira de Carvalho, presidente da direcção da AERLIS, e Miguel N’Kaima, embaixador de Moçambique em Portugal.

ANA ALBERNAZ  
redacao@vidaeconomica.pt

Germano Sousa afirma

# Sindicatos médicos são demasiado conservadores

Há uma atitude demasiado conservadora por parte dos sindicatos e da Ordem dos Médicos quanto à evolução do SNS – considera Germano de Sousa. Para o ex-Bastónario da Ordem dos Médicos, o Estado deve reduzir o seu papel como prestador de cuidados de saúde, concentrando-se no financiamento e na regulação do sistema.

## Vida Económica – O aumento previsível dos custos do Serviço Nacional de Saúde ameaça a sustentabilidade do sistema?

Germano de Sousa – Vamos ter dificuldades, no futuro, na sustentabilidade do sistema. Para se poder ter uma sustentabilidade eficaz, tem que haver uma gestão eficaz e a gestão passa por evitar o desperdício. Há desperdício, há má gestão do pessoal, há muitas vezes uma incapacidade em pensar e em obter ideias novas, ou seja, o Ministério da Saúde é uma máquina. É uma máquina de pequenos administradores que têm os seus territórios, que gostam de gerir à sua maneira e são altamente conservadores. Qualquer alteração à gestão é para eles chocante. Eu percebo isto porque o ser humano é por natureza conservador.

## VE – Os sindicatos e a Ordem dos Médicos podem contribuir para a mudança?

GS – os sindicatos e a Ordem são habitualmente agentes conservadores. Os sindicatos, porque necessitam de ter os sindicalistas para justificar a sua acção e precisam de utilizar regras altamente conservadoras na relação empregado/patrão. Qualquer coisa que signifique a independência do empregado face ao patrão. O ideal em termos de trabalho era cada um de nós ser patrão de si mesmo e isto é a negação do sindicato. Por isso os sindicalistas não querem que as pessoas se autonomizem.

## VE – Mas assim também travam o potencial de melhoria e desenvolvimento do sistema?

GS – Mas isso é natural que isso aconteça. A não ser que tenham a capacidade de perceber que têm de estimular o desenvolvimento das pessoas e têm de se transformar num outro tipo de associação que estimule essas pessoas a serem cada vez mais independentes face a um poder patronal. A Ordem dos Médicos é, em termos globais conservadora, pois representa uma classe que tem raízes e mantém um fio contínuo de regras éticas e morais, muito difíceis de ultrapassar. A Ordem tem também funções disciplinares, por isso tem que forçosamente ter uma componente conservadora, o que não quer dizer que seja mau. O que tem de haver é inovação na gestão da saúde para evitar os desperdícios.

## VE – Como é que se evitam desperdícios no Serviço Nacional de Saúde?

GS – Quanto a mim, a solução passa pela condição de o Estado não ser ele mesmo prestador dos cuidados de saúde. Por exemplo, os hospitais EPE são organismos do Estado. O único patrão dos empregados das hospitais EPE é o Estado. Os gestores estão muito à vontade, em primeiro lugar, porque sabem que não estão a responder perante privados muito críticos que os podiam pôr na rua a todo o momento. Segundo, o próprio Estado sente

O papel acrescido da lógica privada é indispensável para combater os desperdícios e aumentar a eficácia e o controlo do sistema.

Apesar do aumento dos custos dos cuidados de saúde, Germano de Sousa considera possível manter o actual modelo de serviço gratuito, assente na solidariedade e financiado pelo Estado, através dos impostos pagos pelos cidadãos.



“O Ministério da Saúde é uma máquina de pequenos administradores que têm os seus territórios, que gostam de gerir à sua maneira e são altamente conservadores” – refere Germano de Sousa.

a responsabilidade de manter tudo. Acho que uma entidade ao ser simultaneamente reguladora de si mesma, obviamente que é altamente tolerante.

## VE – Acha que, para assegurar a sustentabilidade do sistema, o Estado reduzir o seu papel?

GS – O Estado devia ser financiador. Eu defendo o Serviço Nacional de Saúde (SNS) gratuito. Mas uma parte devia ser entregue à gestão privada. E os processadores tinham de se governar com aquilo que recebiam e seriam capazes de fazer uma gestão altamente eficaz. Continuo a defender um Estado regulador e financiador mas não processador.

## VE – Na prestação dos cuidados de saúde, o Estado deve atender ao rendimento das pessoas ou manter o actual regime gratuito para todos?

GS – Surgiram algumas críticas, designadamente da parte do PSD, através da Dra. Maria Manuela Ferreira Leite, que dizia que, além dos impostos que nós pagamos, cada um devia pagar a saúde em função da riqueza que tem. Mas o SNS baseia-se num conceito de solidariedade, e a saúde já é paga através dos impostos de todos nós. Portanto, o mais rico paga para o mais pobre. Será justo ainda ir criar um imposto suplementar a quem já paga muito para que outro não pague nada e te-

nha os mesmos direitos do que ele frente à saúde? Entendo que essa não é a solução.

## VE – Mas há países que seguem outro modelo, como, por exemplo, a Suíça, onde o Estado tem uma contribuição reduzida no financiamento da saúde. O nosso país pode evoluir nessa direcção?

GS – Na Suíça existe um seguro de saúde obrigatório para todos. Isso admito, porque o serviço que temos agora em Portugal não é um serviço justo.

Mas o nosso sistema deve evoluir mais pela prestação dos serviços. Cada hospital devia ser uma “holding” de pequenas empresas, que trocam serviços entre si. É fundamental que os hospitais sobrevivam por si mesmo. Neste momento, os hospitais sobrevivem à custa de um orçamento que lhe é dado pelo accionista principal, o Ministério da Saúde. Penso que devia haver uma certa competição entre os hospitais, isto é, se eu estou num hospital e que sou muito bom, eu devo angariar os meus doentes. Esta liberdade de escolha do próprio doente vai significar que há hospitais que trabalham muito bem e por isso são procurados e outros que não são bons e como tal não poderão continuar a existir e os profissionais envolvidos não devem ter as mesmas regalias que têm os profissionais mais eficientes.

JOÃO LUÍS DE SOUSA  
redacao@vidaeconomica.pt